

Metas dos programas temáticos do PPA 2012-2015

A análise da ação setorial do governo no Relatório das Contas do Governo busca oferecer elementos técnicos para que o Congresso Nacional possa julgar as contas do Presidente da República, fortalecendo a transparência e a comunicação entre governo e sociedade.

Dedicou-se especial atenção às **informações de desempenho que demonstram o resultado das intervenções governamentais**, conforme definido no Plano Plurianual (PPA). Indicadores e metas no contexto da prestação de contas são importantes, pois tais instrumentos destacam as realizações do governo e os efeitos da atuação estatal para a sociedade.

Nesse sentido, considerando que o PPA 2012-2015 definiu metas a serem alcançadas ao final do período, as análises realizadas objetivaram aferir a qualidade e a confiabilidade das metas constantes do PPA. A escolha apoia-se no fato de que essas metas representam, no plano tático, os resultados da ação de governo explicitada pelo Plano. Assim, o trabalho busca obter conclusões, nesse momento, acerca da solidez de tais instrumentos como evidências capazes de sustentar a opinião do controle externo.

Do total de 2.402 metas presentes no PPA 2012-2015, foram examinadas 161 (6,7%), conforme critérios de materialidade e relevância. Dessa amostra, 71 metas (44%) apresentaram problemas de qualidade e/ou confiabilidade. Com relação ao atributo qualidade, analisou-se a aderência das metas a determinados quesitos, segundo método constante na Portaria Segecex 33/2010 (Smart), em que é avaliado se cada meta é específica, mensurável, apropriada (adequada), realista e se tem prazo determinado. Quanto à confiabilidade, examinou-se a fidedignidade da fonte de dados utilizada para o cálculo das informações, de tal forma que diferentes avaliadores possam chegar aos mesmos resultados.

Os gráficos a seguir ilustram as conclusões, em termos quantitativos, relativas às análises realizadas.

Qualidade Metas: resumo da análise



Quanto à qualidade, foram apontadas deficiências em 40 metas (25%).

Confiabilidade Metas: resumo da análise



Quanto à confiabilidade, 34 metas (21%) foram rejeitadas pela análise do TCU.

Verificou-se também em diversos casos que o dado de execução das metas registrado no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) não correspondia ao dado apresentado na PCPR (conforme consulta feita após 15/2/2015, data limite para preenchimento das informações por parte dos gestores). Essa aparente distorção pode ser explicada com um avanço. A CGU editou a Norma de Execução 3, de 8/12/2015, a qual estabeleceu que a Secretaria de Planejamento

e Investimentos Estratégicos (SPI/MP) analisaria os relatórios, articulando-se com os órgãos sobre possíveis alterações, correções e melhorias das informações. Essa medida inseriu no cronograma de elaboração da PCPR uma etapa de revisão. Tal inovação mostrou-se positiva, de modo que algumas inconformidades foram corrigidas tempestivamente na PCPR (nesses casos, o dado constante do Siop também deve ser corrigido). Embora tenha havido esse aperfeiçoamento no processo, foram encontradas falhas em parcela não desprezível das informações referentes à execução das metas.

Essas distorções foram incluídas no Acórdão 1.497/2016-TCU-Plenário para que a Presidente da República se manifestasse, caso assim desejasse. Em resposta, a defesa da Presidente encaminhou documento do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), segundo o qual as distorções apontadas pelo TCU foram verificadas pelo Poder Executivo e que as melhorias necessárias estão sendo incorporadas ao processo de evolução do PPA, tendo sido implementadas diversas mudanças no PPA 2016-2019 com base nas deficiências verificadas nas peças de planejamento anteriores. Tal postura adotada pelo Poder Executivo representa um aspecto positivo no aperfeiçoamento dos instrumentos de desempenho constantes do PPA; entretanto, ainda há significativos problemas na qualidade e confiabilidade das informações de desempenho. Para que tais problemas sejam minimizados, é necessária a participação ativa da Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos (Seplan/MP), do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, bem como dos agentes envolvidos na gestão dos programas temáticos nos ministérios, de forma que tais instrumentos possam efetivamente contribuir na tomada de decisões dos gestores e informar adequadamente à sociedade sobre os resultados governamentais.

Sendo assim, o Tribunal de Contas da União registrou no Parecer Prévio sobre as Contas prestadas pela Presidente da República referentes ao exercício de 2015 a ressalva a seguir.

RESSALVA

Falhas na confiabilidade de parcela significativa das informações de desempenho apresentadas na Prestação de Contas da Presidente da República 2015 referentes às metas previstas no Plano Plurianual 2012-2015.

Principais problemas apresentados nas metas:

- unidade de medida inadequada (número de famílias beneficiadas x número de contratos celebrados, programa 2012 – Agricultura Familiar; moradias contratadas x moradias disponibilizadas, programa 2049 – Moradia Digna; alunos matriculados x alunos que concluíram cursos de qualificação – programa 2071 – Trabalho, Emprego e Renda);
- uso de critérios em desacordo com a legislação para contabilização de moradias acessíveis (programa 2049 – Moradia Digna);
- incompletude de informações utilizadas para apuração dos dados (programa 2061 – Previdência Social).